

A construção do Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde: os nossos corpos implicados em pesquisas e práxis críticas¹

Laura Cecilia López (Unisinos/RS)

Milena Cassal Pereira (Unisinos/RS)

Cauê Rodrigues (Unisinos/RS)

Natália Schoffen Correa (Unisinos/RS)

Sabrina Feiber da Silva (Unisinos/RS)

Daniel Passaglia Junior (Prefeitura de São Leopoldo/RS)

Resumo

O Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde (LabIES), certificado pelo CNPq em 2021, é produto de construção coletiva iniciada quando nossos corpos diversos convergiram no espaço da Unisinos. Somos um grupo que produz pesquisa e práxis críticas, entrelaçando diferentes áreas de conhecimento, espaços de vida e de resistência. O grupo propõe intervenções sociais interseccionais e o uso de metodologias participativas para a elaboração de diagnósticos, bem como o delineamento/aplicação de ferramentas de avaliação e promoção da equidade em diálogo com problemáticas concretas levantadas por diferentes coletivos. Congrega-nos realizar pesquisas com abordagem interseccional de gênero, sexualidade, raça e classe, baseadas na contribuição de três intelectuais: as antropólogas negras latino-americanas Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya, e a socióloga trans australiana Raewyn Connell. A publicação no Brasil do livro *Interseccionalidade*, de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) deu um impulso renovado às ideias do Laboratório, sendo que as autoras reivindicam a interseccionalidade como investigação e práxis críticas. À luz destes aportes, analisaremos três percursos dentro do grupo. O primeiro deles pode ser nomeado como o do “acesso afirmativo à universidade”. Muitas/os das/os discentes que compõem o grupo acessaram a universidade graças a políticas de redistribuição e de reconhecimento que ampliaram o acesso ao ensino superior operantes com maior força na primeira década do Século XXI. Outro percurso é a contribuição para efetivação de políticas e direitos da população LGBTQ+ na cidade de São Leopoldo. E o terceiro relaciona-se com a realização de pesquisa-ação em um bairro periférico, sobre equidade de gênero e cuidados comunitários. Com esta reflexão, pretendemos ressaltar a relevância da produção de conhecimento que entrelace não só áreas de estudo diferenciadas, mas fundamentalmente baseada em epistemes que abram caminhos para a investigação colaborativa, para corpos engajados nas micropolíticas cotidianas, com

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

vistas às transformações e a justiça social. Apostamos pela mudança de paradigmas para a valorização da ciência comprometida com as realidades sociais e com posturas cada vez mais dialógicas e inclusivas em relação às demandas de uma pluralidade de atores da sociedade.

Palavras-chave: Interseccionalidades, pesquisa colaborativa, ações afirmativas.

Introdução

O *Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde* (LabIES), recentemente certificado como Grupo de Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é produto de uma construção coletiva que se iniciou há pelo menos três anos, quando nossos corpos e histórias convergiram no espaço da Unisinos, principalmente nos PPGs em Saúde Coletiva e em Ciências Sociais. O grupo congrega discentes nos diferentes níveis de ensino, considerando também a Iniciação Científica e a Residência Multiprofissional em Saúde. Somos um grupo que produz pesquisa e práxis críticas entrelaçando diferentes áreas de conhecimento, espaços de vida e de resistência.

As duas professoras líderes do grupo, Laura Cecilia López e Tonantzin Ribeiro Gonçalves, tem trabalhos de longa data na articulação de problemáticas de gênero, interseccionalidades e saúde, tematizando direitos sexuais e reprodutivos, em projetos coordenados e/ou orientados por elas. Estes trabalhos se refletem em diversas publicações (COSTA; GONÇALVES, 2021; MONTIEL; LÓPEZ, 2020; BELLOTTO et al, 2019; GONÇALVES et al, 2019, entre outras).

No Laboratório contemplam-se propostas investigativas e de intervenção social vinculadas à produção da saúde e à promoção da equidade, a partir de abordagens interseccionais e decoloniais que se fortalecem nos estudos de gênero e de relações étnico-raciais latino-americanos. Discute-se a intervenção social interseccional e o uso de metodologias participativas para a elaboração de diagnósticos, bem como o delineamento e aplicação de ferramentas de avaliação e promoção da equidade em diálogo com problemáticas concretas levantadas por diferentes coletivos. Nesse sentido, visa-se uma articulação entre produção acadêmica, demandas de organizações da sociedade civil, e gestão de políticas em setores públicos e privados.

Congrega-nos realizar pesquisas com abordagem interseccional de gênero, raça e classe, baseada na contribuição de três intelectuais que se tornaram centrais na nossa

proposta: as antropólogas negras latino-americanas Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya, e a socióloga trans australiana Raewyn Connell. Pensamos a interseccionalidade como dinâmicas sociais entrecruzadas e potencializadas que nos ajudam a entender tanto o nível macro da produção de desigualdades no Sul Global, quanto o nível micro das experiências localizadas e as subjetividades em contextos de colonialidade (GONZALEZ, 2020; VIVEROS-VIGOYA, 2016; CONNELL, 2016).

A recente publicação no Brasil do livro *Interseccionalidade*, de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge deu um impulso renovado às ideias do Laboratório, sendo que as autoras reivindicam a interseccionalidade como investigação e práxis críticas. Segundo as autoras, “a interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais [...] em contextos sociais locais, regionais, nacionais e globais” (p. 53). Por sua vez, a interseccionalidade como prática crítica, característica dos ativismos de movimentos sociais, de sujeitos e coletivos na esfera pública, “faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder” (p. 53). A ideia que propõem as autoras é de congregar essas potências, para provocar mudanças na própria academia e para além dela (COLLINS; BILGE, 2021).

Podemos ainda relacionar a interseccionalidade como investigação e práxis críticas com um conceito mediador que a conecte com as políticas públicas e os sistemas de proteção social, como é o caso da equidade. Entendemos a equidade como instrumento da justiça concreta, com ações que tratam indivíduos e populações que sofrem desigualdades conforme suas necessidades diferenciadas, constituindo uma via de efetivação da igualdade e universalidade das políticas públicas (SILVA; ALMEIDA-FILHO, 2009). A discussão de equidade permite contemplar segmentos da população através do reconhecimento de uma pluralidade de existências e necessidades sociais para a viabilização de respostas políticas frente a desigualdades persistentes, assim como em conjunturas críticas.

O caso do Brasil é interessante nesse contexto de discussões. Sua Constituição de 1988 instaurou as bases para projetar um Sistema de Proteção Social, que foi posto em ato num cenário em que as políticas de ajuste estrutural afetaram de maneira diferenciada as populações que historicamente não tinham acesso pleno a direitos. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que foi projeto político de movimentos sociais e de reforma sanitária, tem enfrentado os desafios de uma cobertura universal num país com profundas desigualdades, e em cenários de constante subfinanciamento

decorrente de decisões políticas. Por sua vez, o SUS incorporou uma ideia de cuidados integrais e ampliados de saúde, com a intensificação da Atenção Primária e o elo entre os sistemas de saúde pública e os territórios.

Movimentos sociais diversos e lutas pela garantia de direitos se viram refletidas nas Constituições dos diferentes países latino-americanos e nos rumos de políticas públicas de vários governos no início do século XXI. Muitas dessas políticas se efetivaram através da noção de equidade e justiça social, que ressaltamos anteriormente. Porém, continuam em aberto dilemas para a resolução de problemas nodais das sociedades latino-americanas. Os processos de expansão das políticas neoliberais e de reestruturação produtiva têm efeitos na precarização do trabalho, em concomitância com as mudanças nas condições laborais por enfraquecimento ou por perda de direitos sociais, direitos sindicais, etc.

O acirramento de violências estruturais recai sobre segmentos da sociedade historicamente relegados e se expressa, por exemplo, no aumento dos casos de feminicídios, de agressões e assassinatos de pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, incluindo também outras dissidências sexuais e de gênero como símbolo +) e de jovens negros das periferias urbanas, e em ataques diversos aos territórios/populações indígenas e quilombolas, conforme mostram diversos estudos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021; SOLANO; ICAZA, 2019; POLIDORO; CANAVESE, 2018; WAISELFISZ, 2012; 2013; 2015, entre outros). Notam-se os impactos das violências e desigualdades, as regulações da vida e o poder de morte exercido sobre amplos setores das sociedades latino-americanas.

São esses cenários macro e micro-sociais que nos instigam a delinear pesquisas e ações que possam ter impacto nessas realidades, apostando nas resistências e (re)existências de sujeitos e grupos que fazem dos corpos, territórios políticos, nas lutas por reconstruir e amplificar as potências de vida (SOLANO; ICAZA, 2019). Nesse sentido, um aporte metodológico importante é o da pesquisa-ação, no sentido dado por Thiollent (2005, p. 7), de “elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de equipes em que se encontram reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados”. Assim, o foco não são apenas os problemas e necessidades, mas também quais são os recursos que as comunidades ou grupos possuem para enfrentá-los.

Percursos do LabIES

Mencionaremos três percursos que se fazem significativos pensando a construção do Laboratório na perspectiva interseccional como investigação e práxis crítica e na promoção de equidade.

O primeiro deles pode ser nomeado como o do “acesso afirmativo à universidade”. Muitas/os das/os discentes que compõem o grupo acessaram a universidade graças a políticas de redistribuição e de reconhecimento que ampliaram o acesso ao ensino superior operantes com maior força na primeira década do Século XXI. Como se trata de instituição privada, referimos principalmente ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), no nível de graduação, e às bolsas do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (CAPES-PROSUP). A própria líder do grupo, de origem argentina, cursou seu doutorado em Antropologia Social no Brasil com bolsa do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), de cooperação sul-sul. Com isso, ressaltamos que somos produto do acesso à universidade de uma pluralidade de sujeitos considerando pertencimento racial, posição de classe, diversidade sexual, que historicamente não se viam representadas/es/os na academia. Apontamos que essas trajetórias ecoam na discussão de ações afirmativas na pós-graduação, sendo que o PPG em Ciências Sociais implementou durante o ano de 2021 cotas para negras e negros nos processos seletivos de mestrado (março de 2021) e de doutorado (julho do mesmo ano), e que o PPG em Saúde Coletiva está iniciando a discussão para sua implementação, com vistas de ampliar também para outros públicos – principalmente, pessoas transgênero, baseados no Manual de Implementação de Ações Afirmativas para pessoas trans na Pós-Graduação publicado pelo coletivo TODXS em 2021-.

O Laboratório tem também a característica de congrega discentes participantes de movimentos sociais e coletivos de luta pela efetivação de direitos. São os casos do coletivo Ponto Gênero de São Leopoldo, da União Brasileira de Mulheres (UBM, sede São Leopoldo), do coletivo de mulheres negras Atinukè e da ONG Somos de Porto Alegre. Não menos importante, o grupo congrega também trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Estas singularidades se vêm expressas nas problemáticas de pesquisa engajadas nas realidades e nas áreas de atuação e ativismo das/os pesquisadoras/es. Por exemplo, a

dissertação em Saúde Coletiva de Mariana Vieceli, defendida em março de 2021, que realizou uma pesquisa-intervenção cartográfica que problematizou as relações de gênero junto com trabalhadores da saúde mental, refletindo sobre as dinâmicas sociais e os seus processos de subjetivação em um Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPS IJ) num município da região metropolitana de Porto Alegre. A autora, ela própria psicóloga trabalhadora do SUS implicada na realidade abordada, refletiu sobre a produção de corpos em vertigem, quando a perspectiva relacional de gênero causa desconfortos em práticas-corpos dominantes, abrindo, assim, caminhos para promover ações de equidade. Também analisou como a estrutura de gênero produz cegueira e o mutismo institucionalizado, para pontuar o desafio contemporâneo para as políticas públicas relacionadas à inserção da temática de gênero nas práticas de educação permanente em saúde (VIECELI, 2021). A contribuição da pesquisadora E trabalhadora do SUS busca a transformação social, a partir da micropolítica do cotidiano do trabalho que a lançam para o cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes como desafio ético e político, com o objetivo de acolhimento e da emancipação dos sujeitos que carregam, muitas vezes, denúncias sociais em seus corpos.

Mencionamos também a dissertação em Ciências Sociais de Susane Beatriz dos Santos Souza, defendida em setembro de 2020, que abordou as experiências migratórias de mulheres negras haitianas no Rio Grande do Sul, buscando entender as experiências familiares e de maternidade, assim como o acesso dessas mulheres às políticas públicas e ao mercado de trabalho. A dimensão racial, de gênero e de classe se tornaram significantes para compreender as experiências migratórias, o recomeço num novo país e junto com ele a força para enfrentar as dificuldades desde o não entendimento do idioma local, vivenciar outra cultura, enfrentar as diversas formas de racismo e preconceito por ser mulher negra imigrante. Susane, ela uma pesquisadora negra assistente social trabalhadora do SUAS e inserida em movimentos sociais, estabeleceu diálogos riquíssimos com as haitianas, que proporcionaram uma reflexão sobre como essas mulheres reconstruem sua vida em um país desconhecido na busca por uma oportunidade de emprego, ao mesmo tempo em que recai sobre elas uma pressão grande para manter os compromissos firmados com os familiares que lá ficaram (SOUZA, 2020). Essa pesquisa teve vários efeitos práticos, entre eles a colaboração para a criação do grupo de whatsapp Rede Migração RS com a proposta de construir um coletivo de

apoio para imigrantes e refugiados, que pudesse atuar na garantia dos seus direitos básicos, em conjunto com atores da sociedade civil e do poder público.

Outro exemplo é a tese de Gisele Tertuliano, defendida em julho de 2021, que analisou a experiência de mulheres sobre a transmissão vertical da sífilis, considerando a sua trajetória social e as intersecções com os marcadores sociais da diferença; assim como a assistência prestada na rede de saúde e a estrutura das políticas públicas que atendem a saúde sexual e reprodutiva. Abordaram-se os percursos sociais vinculados à sexualidade e à reprodução, considerando os efeitos da violência estrutural que conjuga desigualdades de gênero, classe e raça na vida dessas mulheres, com histórias e subjetivações singulares. Estas desigualdades que afetam as suas vidas nem sempre são consideradas na produção do cuidado à saúde da mulher e da criança, sendo (re)produzidas vulnerabilidades institucionais (TERTULIANO, 2021). A pesquisadora (enfermeira, cientista social e agora doutora em Saúde Coletiva) é também trabalhadora do SUS, estando diretamente implicada na reformulação das práticas da vigilância em saúde, setor de atuação num município da região metropolitana de Porto Alegre.

O mestre em Ciências Sociais Cauê Rodrigues se propôs a investigar a construção das masculinidades de homens residentes num bairro periférico de São Leopoldo, buscando compreender os atravessamentos que a pandemia vem causando nos processos de cuidado e violência que perpassam suas vidas. Também, como homens profissionais de uma Estratégia de Saúde da Família transformaram as suas subjetividades e práticas ao se dedicar a cuidar dos outros no contexto da Atenção Básica à Saúde. Cauê é psicólogo com trajetórias pela saúde mental coletiva e pela prática de uma psicoterapia afirmativa, na medida em que se produzam os reconhecimentos de corpos e sujeitos diversos, e é o atual coordenador do Ponto Gênero, coletivo que discute as múltiplas possibilidades de masculinidades, com atendimentos focados para grupos reflexivos de homens autores de violência.

Mencionaremos três pesquisas em andamento que tem um entrelaçamento forte com a atuação e o ativismo das/os pesquisadoras/es. A pesquisa de doutorado em Ciências Sociais de Milena Cassal Pereira, ela trabalhadora do Serviço de Abordagem Social Ação Rua na cidade de Porto Alegre e participante do coletivo de mulheres negras Atinukê, aborda as práticas de cuidado relacionadas à saúde reprodutiva e sexual de homens e mulheres com trajetória de rua. A saúde, para as pessoas que vivenciaram e vivenciam o habitar na rua é algo importante e complexo, pois este é um dos pontos que mais lhe afetam. No entanto, pensar a saúde como algo somente relacionado ao corpo

físico e as enfermidades pode ser visualizar metade de um todo que compõe as discussões sobre as existências das pessoas com trajetória na rua e não somente para este grupo social. Conhecer a amplitude do conceito de saúde auxilia na reflexão sobre o que a pesquisadora pretende abordar que é a Justiça reprodutiva e sexual de homens e mulheres com trajetória de rua pelos caminhos de duas políticas públicas, a assistência social e a saúde. A abordagem é interseccional e pretende ter um impacto na produção de cuidado com essa população, tentando promover através da própria prática profissional maneiras de garantir seus direitos sexuais e reprodutivos.

A pesquisa de doutorado de Kathleen Kate Dominguez, que foca o feminicídio do ponto de vista do Sul Global, fundindo feminismos decoloniais e marxismo anticolonial, e buscando, por um lado, a promoção de políticas públicas de enfrentamento aos feminicídios que atendam às demandas comunitárias e, em paralelo, a restituição de laços populares e constituição de redes comunitárias. Como investigadora engajada política e culturalmente com a realidade concreta daqueles e daquelas com quem pesquisa, a doutoranda começou uma série de participações: filiação à União Brasileira de Mulheres e por extensão, a atuação na Rede Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de São Leopoldo/RS e no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM) como representante da UBM. Além disso, a aproximação a lideranças comunitárias, do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e de entidades não-governamentais situadas e comprometidas com a periferia e a democracia se fez em paralelo às reuniões, demandas e planejamentos do Laboratório Interseccionalidades e das/dos pesquisadores/as que o integram.

O doutorando em Saúde Coletiva Caio Klein aborda na sua pesquisa como o Estado brasileiro (re)produz a vulneração da saúde de pessoas privadas de liberdade, relacionada à prática de tortura (referindo a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes) dentro dos presídios, considerando a interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. O pesquisador é o atual diretor da ONG Somos – Comunicação, Saúde, Sexualidade, uma organização que em 2021 está completando vinte anos de atuação na cidade de Porto Alegre/RS junto ao público LGBT+, na garantia de direitos sexuais e reprodutivos. Junto com a Somos, Caio desenvolveu o projeto Passagens – Rede de Apoio a LGBTs nas prisões, que fez um diagnóstico da situação do encarceramento dessa população no Brasil, elaborou ações de formação para o seu tratamento penal, com vistas a criar uma rede de comunicação sobre o tema.

Outro percurso significativo para o Laboratório está sendo a construção coletiva relacionada à discussão de políticas e direitos da população LGBT. O *Seminário Violências e a População LGBTI+* foi realizado em dezembro de 2019 na Unisinos, no campus de São Leopoldo, e contou com a parceria dos Programas de Pós-graduação em Saúde Coletiva de outras universidades do sul do Brasil (UFRGS, UFSC e UFPR) e com a sociedade civil organizada. O Seminário discutiu pesquisas de grande porte que focaram, de diversas maneiras, a relação entre violência e saúde da população LGBT (GOMES; KLEIN, 2019; POLIDORO; CANAVESE, 2018). O intuito foi de fortalecer redes de resistência e a implementação de políticas públicas para esse segmento, visando a promoção de equidade e uma política de paz.

A participação na construção de política pública na cidade de São Leopoldo se deu a través do trabalho colaborativo em torno de demanda específica de ambulatório para a população LGBT, que derivou na construção da política de saúde LGTB no município. O primeiro produto aplicado foi elaborado em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Leopoldo/RS, que consistiu em um curso de formação para trabalhadoras/es da rede de saúde do município intitulado “Sensibilização em Saúde LGBTQI+”, ofertado entre outubro e dezembro de 2021 de maneira online. O curso propiciou um espaço de diálogo e construção intersubjetiva, com vistas a incentivar práticas sensíveis às dissidências sexuais e de gênero no cotidiano do SUS. O que surgiu como uma demanda da sociedade civil pela implementação de um ambulatório de saúde LGBT, se desdobrou em discussões sobre a singularidade que adquiriria no contexto de São Leopoldo. Para isso está sendo necessário articular a educação em saúde e a reflexão de como viabilizar esse ambulatório na cidade. Avaliou-se a necessidade de aprovar a Política de Saúde Integral da População LGBT+ como instância consolidada no município. Propõe-se como meta a aprovação em 2022 da Política, assim como a viabilização do ambulatório LGBT+ no âmbito da Atenção Básica do município, o fortalecimento e a ampliação da rede de saúde para este segmento.

Por último, mencionaremos a elaboração de projeto *Equidade de gênero e políticas do cuidado em contexto de pandemia: pesquisa-ação em territórios da cidade de São Leopoldo*, coordenado pela professora Laura Cecilia López, que viemos realizando desde o ano 2020 e que ganhou recursos do Edital Universal Cnpq em 2022.

Propomos uma Pesquisa-Ação que aborda a articulação entre gênero e políticas do cuidado no atual contexto da pandemia de COVID-19, tendo como campo empírico

territórios/comunidades afetadas por desigualdades e violências estruturais de longa data, na cidade de São Leopoldo/RS. Com essa pesquisa objetiva-se analisar como as dinâmicas de gênero permeiam a organização das vidas no território; como elas incidem na distribuição dos cuidados com a saúde e a manutenção das vidas; a relação de homens e mulheres com sistemas de cuidado e políticas públicas existentes; como gênero permeia a produção de vulnerabilidades sociais; e as relações corpo/violência/território. Estamos mergulhando nas experiências localizadas de trabalhadoras/es da Atenção Primária à Saúde exercendo o cuidado mais disseminado da rede de saúde, tendo destaque as e os agentes comunitários de saúde. Questionamos como a dimensão comunitária do cuidado se vê impactada pela pandemia, quais formas comunitárias novas e/ou reformuladas de cuidado estão surgindo, como os territórios se relacionam com as políticas públicas, quais problemáticas emergem, pensando se os impactos da crise sanitária podem ser diferenciados por gênero. Também indagamos em como se projeta o “futuro” pós-pandemia, em termos de ações comunitárias, em vistas de delinear a proposta da rede de cuidados.

A etapa atual de pesquisa é a realização de Diagnóstico Participativo de Equidade de Gênero (DPEG) nos territórios escolhidos. O diagnóstico participativo é um processo de trabalho e planejamento amplo, que não é um fim em si mesmo, mas é parte de um processo com alcance maior, que vai além da resolução de problemas concretos (AGUILAR et al, 1999).

O DPEG é um processo que busca “dar respostas de maneira coletiva a perguntas, inquietações e necessidades, que estão dispersas no saber dos participantes e que conformam a memória grupal”, com a ideia de “compreender para resolver”. Assim, o foco não são apenas os problemas e necessidades, mas também quais são os recursos que a comunidade possui para enfrentá-los (AGUILAR et al, 1999).

Um primeiro passo apontado pelos autores é a localização do contexto a ser desenvolvido o DPEG. Durante o segundo semestre do ano de 2020, foram realizadas reuniões online com a equipe de pesquisa conformada por: professoras e discentes do PPG em Ciências Sociais e em Saúde Coletiva da Unisinos, e membros de duas organizações da sociedade civil da cidade de São Leopoldo, no caso, o coletivo Ponto Gênero e o CECA - Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria (através da figura das Promotoras Legais Populares). Definimos como território de implementação da pesquisa, o bairro Feitoria, com o critério mais relevante da existência e presença marcante de mobilizações coletivas e associações comunitárias, no

sentido de facilitar a articulação de redes para realização do estudo. A porta de entrada ao bairro foi a Unidade Básica de Saúde (UBS) Cohab Feitoria, que compreende três equipes de Saúde da Família.

A partir dessa delimitação, começamos a etapa de mapear lideranças e equipamentos de saúde no território. Realizamos entrevistas com lideranças comunitárias, agentes comunitárias/os de saúde e outras/os trabalhadoras/es da rede de saúde no bairro. O intuito da etapa de entrevistas foi focar nas trajetórias e experiências de cuidado singulares, assim como realizar um mapeamento do território, em termos de quais equipamentos públicos e privados, redes de serviços, organizações da sociedade civil, espaços formais e informais de participação da comunidade e quem participa.

Conformamos uma equipe local no território, vinculando trabalhadoras/es da saúde e residentes da Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Unisinos que atuam na UBS Cohab-Feitoria. Estamos definindo conjuntamente elementos e circunstâncias que formarão parte do diagnóstico, delineando instrumentos e técnicas adequadas a esses objetivos. A ideia é utilizar metodologias elaboradas por diversos institutos e organizações para o trabalho com a equidade de gênero, que expandem a proposta de pesquisa centrada apenas na persecução de objetivos das/os pesquisadoras/es, ao dinamizar processos político-pedagógicos com horizontes de transformação.

O trabalho com a equidade de gênero precisa de abordagens críticas das feminilidades e masculinidades construídas a partir de desigualdades de gênero e na intersecção com outras desigualdades. Esses trabalhos têm uma ênfase na promoção de masculinidades gênero-sensíveis, que provoquem mudanças cotidianas nas configurações de gênero que reproduzem estruturas e padrões culturais patriarcais. Essas metodologias têm em comum o recurso metodológico dos “encontros”, para a execução do trabalho de equidade de gênero de maneira vivencial (ARIZA-SOSA et al, 2015).

Através de estratégias horizontais de comunicação, a equipe de pesquisa facilitará um processo de reconhecimento do saber local de mulheres e homens em relação à situação por diagnosticar. Para isto, buscamos garantir a representatividade de uma heterogeneidade de pessoas considerando pertencimento racial, dissidências sexuais e de gênero, idade, categorias de trabalho, posições dentro da comunidade, etc. A equipe local está nos ajudando tanto na elaboração de critérios para selecionar participantes quanto na captação dessas pessoas.

Quanto às discussões de gênero e sexualidade propostas como foco principal do projeto, a própria pesquisa está abrindo questionamentos entre as/os trabalhadoras/es. Foi solicitada pela equipe uma formação nessa temática, o que abriu um diálogo interessante quanto ao atendimento de pessoas trans no serviço. Antes da formação tínhamos questionado se a UBS tinha usuáries trans, sendo que num primeiro momento foi difícil identificar essas pessoas. Durante a formação e em interações posteriores com a equipe, foram identificadas pessoas trans que acessavam ou que tinham deixado de acessar por causa de barreiras de atendimento (por exemplo, a negativa por parte de profissionais da equipe de orientar o uso de hormônios). Este último ponto dialoga com as barreiras encontradas em outros estudos sobre acesso de pessoas trans à atenção básica (ROCON et al, 2016; NOGUEIRA et al, 2021).

Considerações finais

Com este relato, pretendemos ressaltar a relevância da produção de conhecimento que entrelace não só áreas de estudo diferenciadas, mas fundamentalmente baseada em epistemes que abram caminhos para a investigação e práxis críticas, para corpos engajados nas micropolíticas cotidianas, com vistas às transformações e a justiça social.

Estes modos de conceber a pesquisa/intervenção nem sempre encontram ecos nas instituições acadêmicas, e muito menos nos sistemas de avaliação da Pós-graduação baseados na meritocracia e no produtivismo. São mais acolhidos quando as instituições e os critérios de avaliação valorizam o impacto social e a relevância cidadã das pesquisas. Apostamos pela mudança de paradigmas para a valorização da ciência comprometida com as realidades sociais e com posturas cada vez mais dialógicas e inclusivas em relação às demandas de uma pluralidade de atores da sociedade.

Referências bibliográficas

AGUILAR, L.; BRICEÑO, G.; CHACON, E.; VALENCIANO, I. *Quien busca... encuentra: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género*. 1a. ed. San José, C.R.: ABSOLUTO, 1999.

ARIZA-SOSA, Gladys Rocío et al. Hombres cuidadores de vida: formación en masculinidades género-sensibles para la prevención de las violencias hacia las mujeres en Medellín. *Rev. Colomb. Psiquiat.*, Bogotá, Colombia, v. 44, n. 2, p. 106–114, 2015.

BELLOTTO, P. C. B.; LOPEZ, L. C.; PICCININI, César Augusto; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Entre a mulher e a salvação do bebê: experiência de parto de mulheres com HIV. *Interface (Botucatu. Online)*, v. 23, p. e180556, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, R. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, N. S.; RODRIGUES, C.; LÓPEZ, L. C. Dinâmicas de acesso aos serviços de saúde e assistência social no bairro Feitoria: pesquisa-ação em territórios da cidade de São Leopoldo. XXVIII Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica Unisinos. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021, p. 191-192.

COSTA, A. H. C.; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. Globalização farmacêutica e cidadania biológica: notas sobre a implementação da profilaxia pós-exposição no Rio Grande do Sul, Brasil. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*, v. 37, p. e00041420, 2021.

GOMES, G.; KLEIN, C. *Sexualidade e gênero na prisão LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal*. Salvador: Editora Devires, 2019.

GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro; LEITE, H. M.; BAIROS, F. S.; OLINTO, M. T. A.; BARCELLOS, N. T.; Costa, J. S. D. Social inequalities in the use of contraceptives in adult women from Southern Brazil. *REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA (ONLINE)*, v. 53, p. 28, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). Rio Janeiro: Zahar, 2020. 375 pp.

MONTIEL, C. P.; LÓPEZ, L. C. Trajetórias reprodutivas femininas e produção do cuidado em saúde orientado às gestantes na cidade de São Leopoldo/RS: um olhar interseccional. *REVISTA GÊNERO*, v. 20, p. 300-322, 2020.

NOGUEIRA, Francisco J. S.; LEITÃO, Elaine S. F.; SILVA, Emylio C. S. Interseccionalidades na Experiência de Pessoas Trans nos Serviços de Saúde. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 3, p. 35-49, jul-set/2021.

POLIDORO, M.; CANAVESE, D. (Org.) *Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

ROCON, Pablo C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 8, p. 2.517-2.526, 2016.

SILVA, L. M. V.; ALMEIDA-FILHO, N. Equidade em saúde: uma análise crítica de conceitos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 25, Supl. 2, S217-S226, 2009.

SOUZA, S. B. S. Mulheres negras haitianas e as experiências migratórias em Porto Alegre/RS: movendo estruturas e abrindo caminhos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

TERTULIANO, G. C. Experiências Femininas sobre a Transmissão Vertical da Sífilis: um estudo qualitativo no município de Cachoeirinha/RS. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2021.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TODXS. Manual de Implementação de Ações Afirmativas para pessoas trans na Pós-Graduação. Campinas, 2021.

VIECELI, M. V. Por corpos em vertigem e pela equidade de gênero em saúde: uma cartografia de trabalhadores de saúde mental. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2021.

VIVEROS-VIGOYA, M. *As cores da masculinidade*. Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.